

POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE EM CONCURSOS PÚBLICOS (DE DOCENTES E AUXILIARES DE DOCENTE) E PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS (DE DOCENTES)

ESTA POLÍTICA É APLICÁVEL A TODOS OS AGENTES PÚBLICOS DO CENTRO PAULA SOUZA

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, Autarquia de Regime Especial, criada pelo Decreto-Lei de 06/10/ 1969, torna pública sua Política de combate à fraude em Concursos Públicos/Processos Seletivos Simplificados.

REGRAS GERAIS

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Beneficiar parentes e amigos
O Centro Paula Souza não admite que o Concurso Público/Processo Seletivo Simplificado seja manipulado para beneficiar parentes e amigos. As competências, conhecimentos, habilidades e distinções do(a) candidato(a) devem prevalecer

Divulgação
Para iniciar o processo de abertura de Concurso Público nas Etec e Fatecs, e Processo Seletivo Simplificado nas Fatecs, **faz-se necessária ampla divulgação das aulas livres** aos docentes habilitados do Centro Paula Souza, observadas as instruções da Cetec e da Cesu

PROVAS

Produção das provas

A elaboração das Provas de Concurso Público/Processo Seletivo Simplificado devem **seguir rigorosamente as Instruções** da Portaria Cetec nº 785, de 02/10/2015, Deliberação CEETEPS nº 009, de 09/01/2015, alterada pela Deliberação CEETEPS nº 24, de 13/08/2015, Deliberação CEETEPS nº 017, de 16/07/2015, Deliberação CEETEPS nº 041, de 09/08/2018, alterada pelas Deliberações CEETEPS nº 068, de 07/01/2021, e CEETEPS nº 079, de 13/01/2022, e Manuais de Orientação do Departamento de Gestão de Seleção de Docentes e Auxiliares de Docentes - DGSADAD

Direitos Autorais das questões

As questões das Provas de natureza não autoral devem **mencionar a(s) respectivas fonte(s)**, conforme estabelece a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), devendo ser **limitado o número de questões extraídas de outros concursos** públicos/processos seletivos, conforme disposto em Portaria

Sigilo

Os Agentes Públicos que elaborarem e corrigirem as Provas devem **guardar sigilo sobre suas atividades**, sob pena de apuração de eventual responsabilidade

Imparcialidade

Os Agentes Públicos que integram as Bancas Examinadoras e Comissões de Concurso Público/Processo Seletivo Simplificado devem zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa

Atenção: os Agentes Públicos nesses casos **NÃO PODEM PARTICIPAR DA OPERACIONALIZAÇÃO** do concurso público/processo seletivo

BANCA

CONSEQUÊNCIAS

Todos os incidentes informados de **suspeitas de violação serão apurados imediatamente e de forma apropriada**. Constatada a conduta que infrinja as regras que disciplinam os Concursos Públicos/Processos Seletivos Simplificados, serão tomadas medidas corretivas disciplinares e administrativas, tendentes à regularização dos atos administrativos, sempre de acordo com as circunstâncias, gravidade e a lei aplicável

Inscrição do Agente Público do CPS

O Agente Público do Centro Paula Souza que trabalhe na Unidade de Ensino poderá inscrever-se em Processo Seletivo Simplificado/Concurso Público promovido pela própria Unidade de Ensino. Caso isso ocorra, **deverá haver o deslocamento do certame** para outra Unidade de Ensino apta a realizar o Processo Seletivo Simplificado/Concurso Público, a fim de garantir a lisura do procedimento

Ter parentes e amigos inscritos

O cônjuge, parente em linha reta, colateral até o 3º grau, ou por afinidade, e as pessoas que mantenham laços de amizade, relação comercial ou acadêmica com o Agente Público que exerça emprego público ou qualquer outra função de coordenação e orientação, na Unidade de Ensino, poderá inscrever-se no Concurso Público/Processo Seletivo Simplificado. Caso isso ocorra, **deverá haver o deslocamento do certame** para outra Unidade de Ensino apta a realizar o Processo Seletivo Simplificado/Concurso Público, a fim de garantir a lisura do procedimento

Consideram-se Agente Público

- O Diretor da Unidade de Ensino;
- Os servidores no exercício de emprego público em confiança na Unidade de Ensino;
- O Coordenador do Curso a que se refere o componente curricular/disciplina oferecida no certame;
- Os servidores no exercício de emprego público permanente na Unidade de Ensino, desde que estejam diretamente envolvidos na operacionalização do certame

Atenção

Quando envolver Agentes Públicos diversos daqueles conceituados nessa política, poderá ocorrer a aplicação desses itens a critério do Diretor da Unidade de Ensino